

Experiência da vida de cooperativa: reflexões psicossociais sobre interações solidárias

Experiencia de la vida de cooperativa: reflexiones psicossociales sobre interacciones solidarias

Cooperative Life Experience: psychosocial Reflections on Solidary Interactions

Cris Fernández Andrada*

cris.andrada@gmail.com

Egeu Gomez Esteves**

egeu.esteves@gmail.com

Bernardo Parodi Svartman***

bernardo@usp.br

Resumo: Este artigo recorda a experiência dos autores como membros de uma cooperativa de trabalho com objetivo de contribuir para a reflexão sobre aspectos das interações solidárias neste contexto. Realizamos um exame retrospectivo por meio do diálogo entre as memórias do fenômeno da autogestão por quem o viveu cotidianamente. A análise das lembranças mais significativas da participação nas atividades da Verso Cooperativa amparou a reflexão sobre a experiência de solidariedade nas relações de trabalho. Conforme discutiremos, as interações solidárias tornam-se solo fértil para o incremento da criatividade nas experiências de trabalho pois aproximam os espaços de trabalho e o das experiências comunitárias dentro e fora do espaço laboral. Este texto também vale, em alguma medida, como uma contribuição para pesquisas sobre a história da Economia Solidária no Brasil, na perspectiva de seus participantes.

Palavras-chave: autogestão, cultura solidária, Economia Solidária, cooperativas

Resumen: Este artículo recuerda la experiencia de los autores como miembros de una cooperativa de trabajo con el objetivo de contribuir a la reflexión sobre aspectos de las interacciones solidarias en este contexto. Realizamos un examen retrospectivo a través del diálogo entre las memorias del fenómeno de la autogestión por parte de quienes lo vivieron a diario. El análisis de los recuerdos más significativos de participación en las actividades de Verso Cooperativa apoyó la reflexión sobre la experiencia de solidaridad en las relaciones laborales. Como discutiremos, las interacciones solidarias se convierten en un terreno fértil para aumentar la creatividad en las experiencias laborales ya que reúnen espacios de trabajo y experiencias comunitarias dentro y fuera del lugar de trabajo. Este texto también es válido, en cierta medida, como un aporte para la investigación sobre la historia de la Economía Solidaria en Brasil, desde la perspectiva de sus participantes.

Palabras clave: autogestión, cultura solidaria, Economía Solidaria, cooperativas

Abstract: This article recalls the experience of the authors as members of a work cooperative aiming to contribute to the reflection on aspects of solidarity interactions in this context. We conducted a retrospective

* Professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP, São Paulo, Brasil.

** Professor da Universidade Federal de São Paulo – Unifesp, São Paulo, Brasil.

*** Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

examination through the dialog between the memories of the phenomenon of self-management by those who lived it daily. The analysis of the most significant memories of participation in Verso Cooperativa activities supported the reflection on the experience of solidarity in labor relations. As we'll discuss, solidary interactions become fertile ground for increasing creativity in work experiences as they bring work spaces closer to those of community experiences inside and outside the workplace. This text is also valid, to some extent, as a contribution to research on the history of the Solidarity Economy in Brazil, from the perspective of its participants.

Keywords: self-management, solidarity culture, Solidarity Economy, cooperatives

Introdução

Este ensaio emergiu do encontro entre as experiências vividas pelos autores no campo da Economia Solidária¹ brasileira e as interrogações provocadas por uma disciplina de pós-graduação em Psicologia Social.² O texto configura-se como um relato de experiência de trabalho sob a égide de um modo organizativo peculiar -a autogestão- que possibilitou a vivência de práticas profissionais fundamentadas na cooperação e na solidariedade.

Pode-se dizer que se tratou de uma dupla vivência dos autores no campo, pois, tal como em jogo de espelhos, ora a viveram como sócios-trabalhadores de uma cooperativa de psicologia, ora como estudantes de Psicologia Social envolvidos com as temáticas do mundo do trabalho. Durante cerca de dez anos fomos, simultaneamente, trabalhadores/as do movimento da Economia Solidária e pesquisadores/as dele.

A distância entre sujeito e objeto, tidas muitas vezes como condição necessária para uma análise que se pretenda científica, no caso deste trabalho se deu no transcurso do tempo de nossas histórias de vida. Houve o tempo vivido como cooperados, que já nos deixa as saudades de uma década. E agora há o tempo do proceder de uma aproximação memoriosa, autobiográfica, que remete e fala daquele tempo outro, coletivamente vivido na *Verso Cooperativa de Psicologia*.

Essa aproximação foi incentivada e facilitada pela narrativa de Cris Andrada, escrita em 2002, à época do início das atividades da cooperativa. A narrativa é referente aos primeiros dois anos da Verso, período que compreende os momentos de formação do grupo, idealização coletiva da cooperativa, constituição e formalização, ocupação da casa e o primeiro ano de suas atividades. A narrativa logrou ancorar a produção deste texto ao fornecer indicadores fundamentais para o trabalho da memória, individual e coletiva, servindo como ponto de apoio no processo de recuperação e diálogo das memórias, como um documento feito próximo do momento vivido e posteriormente consultado e debatido pelos autores. O recurso ao vivido como possibilidade de produção de conhecimento será tratado adiante, em tópico específico. Por ora, fiquemos com a companhia de José de Souza Martins:

Um imenso e, não raro, dramático abismo separa o homem [e a mulher] comum de sua história, no mundo contemporâneo, a história de que ele é artífice, o abismo que o separa de si mesmo, ser dividido em face da sociedade que o mobiliza, ao mesmo tempo, como agente e ator, o processo histórico se desenrolando como vida e teatro, como ação e fingimento, como práxis autêntica e mistificação.

[...]

O homem [e a mulher] comum dividido, impotente em face dos poderes que cria, não cede à inércia

¹ O título deste trabalho tem inspiração no texto de Simone Weil (1996), “Experiência da vida de fábrica” que, com sua dedicação aos trabalhadoras/es e à pesquisa engajada, nos aproximou da condição operária.

² O relato que possibilitou a escrita deste artigo foi escrito em 2002, por Cris Andrada, para a disciplina de pós-graduação em psicologia social ministrada pelo Prof. Paulo de Salles Oliveira (IP-USP): “Cultura Solidária em perspectiva: dimensões lúdicas das interações sociais.

das forças que procuram reduzi-lo à condição de coisa: imagina, fabula, interpreta, cria ou preserva, recriando ritos e procedimentos cotidianos. Recicla relações sociais e concepções, reapropria-se das tradições de suas origens pré-modernas para enfrentar a privação de história e de compreensão plena que lhe impõe a modernidade que o minimiza e coisifica. Adere, resistindo, para viver e vencer a seu modo o mal-estar da sociedade da incerteza. (Martins, 2008: 09-14)

A Economia Solidária como conceito

Em termos teóricos, a Economia Solidária³ inspira-se fortemente no trabalho de Paul Singer que, ao resgatar o conceito de revolução social socialista frente às prementes crises capitalistas, aprofunda a conceitualização a respeito desse movimento de resistência no mundo do trabalho (Singer, 1998).

A Economia Solidária revisita o socialismo utópico - principalmente as obras de Owen e Proudhon - e recoloca, na ordem dos possíveis, princípios como a igualdade, o pertencimento e a democracia no trabalho, causas de inúmeras lutas de trabalhadores nos últimos dois séculos, em várias regiões do globo (Singer, 2001). Compreende-se que o movimento foi alavancado pelos feitos contraditórios e injustos do modo de produção capitalista, como a exclusão social e o desemprego (Mattoso, 1999).

Diante de um quadro nacional tomado por estas mazelas, em meados dos anos noventa tem-se no Brasil a emergência de movimentos de trabalhadores/as que buscavam transformar essa realidade. Neste ímpeto, surgiram várias políticas de fomento à geração de trabalho e renda e, em meio a elas, a constituição de iniciativas orientadas pela Economia Solidária, como as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs universitárias), os Clubes de Troca, os Bancos Comunitários, as empresas ocupadas e recuperadas pelos trabalhadores, entre outras.

Naquele contexto, e com o fecundo diálogo entre diferentes áreas de conhecimento (como a economia-política, a sociologia e a psicologia social, entre outras), os estudos e as intervenções junto a organizações solidárias e democráticas de trabalhadores ganharam riqueza e complexidade. Trouxeram para a cena dos debates questões acerca dos impasses e das dinâmicas inerentes à construção de um modo peculiar de produção marcado não pela hegemônica subordinação empregatícia, mas pela livre organização de trabalhadores orientados por princípios de igualdade e de participação real em uma instituição criada por eles e elas, e pelo encontro e partilha de interesses semelhantes.

Da Psicologia Social à cultura solidária

Paulo de Salles Oliveira (2001, 2006) joga atenção ao fenômeno das interações lúdicas no contexto do que chamou de Cultura Solidária. Considerando, como Paul Singer (2001), que a Economia Solidária não se limita à economia, mas trata-se de uma construção humana permeada de fenômenos que a ultrapassam, como a cultura e a sociabilidade, ele sugere que os fenômenos vividos nesse campo se realizam a partir de interações sociais horizontais -igualitárias e solidárias- que demandam de seus sujeitos a construção de uma cultura em bases também solidárias.

Uma cultura solidária emerge à medida que as interações sociais se fundam numa base comum, na qual os participantes se voltam um para o outro, compondo um campo mutuamente compartilhado. Estabelece-se uma rede de influências, em que direitos e responsabilidades são construídos, acertados e cultivados por meio de práticas, costumes, crenças e auto-regulamentações comuns,

³ Para melhor compreender as origens do termo e os diferentes conceitos que a ele se agregaram, sugerimos a leitura do artigo de Flávio Chedid Henriques (2014), “As disputas em torno do conceito de economia solidária: experimentação de uma utopia ou retrocesso na luta dos trabalhadores”.

A constituição de uma cultura solidária passa por algumas considerações fundamentais. De início, recapitula-se a orientação de oposição frente ao capitalismo e suas organizações, o que significa reconhecer a Economia Solidária como um movimento social de resistência. Isto pode conformar um chão comum entre os sujeitos envolvidos, e nele, o encontro de um objetivo maior, como por exemplo, a construção de organizações autogestionárias, solidárias, igualitárias, democráticas de trabalho e, em amplo sentido, de interação social.

Além disso, o conceito de cultura solidária opera com a dimensão de *processo*. Para Oliveira (2001: 20), “por se referir a algo que nos envolve e é, ao menos em parte, construído por nós – confere à dimensão cultural uma proximidade acolhedora e particularmente significativa”. Para esta conceitualização, o autor serviu-se do conceito de cultura de Alfredo Bosi (1987:38): “Cultura é vida pensada [...]. Desloca a ideia de mercadoria a ser exibida para a ideia de trabalho a ser pensado”. Ou seja, deve-se olhar para a cultura solidária como processo construído coletivamente em um cotidiano pleno de interações sociais igualitárias e solidárias vividas por sujeitos que são trabalhadores/as da ação e do pensamento, autores desta cultura peculiar.

O universo lúdico no cotidiano das interações solidárias

Oliveira (2001) ressalta ainda o sentido amplo e profundo do universo lúdico no cotidiano de interações solidárias de trabalho, uma vez que não incide aí a nítida cisão entre tempo de trabalho e tempo de lazer, observada no âmbito das relações capitalistas de trabalho.

Pode-se recorrer a Georges Friedmann, que trata desta cisão no que ele chamou de civilização tecnicista, pós-revolução industrial. Segundo ele, neste contexto marcado pela multiplicação de instrumentos de produção e de bens de consumo, de disciplinas e divisões de tarefas cada vez mais rígidas nas organizações de trabalho, ao se introduzir a jornada de oito horas diárias, obteve-se como produto o chamado *tempo liberado* e o conseqüente *homem-após-trabalho* (e *mulher-após-trabalho*). Friedmann (2001:116) ressalta que se trata de uma construção social e histórica, ou seja, em suas palavras, “não está inscrita na história natural da espécie”. E mais, ele cuida de uma distinção necessária entre *tempo liberado* e *tempo livre*. O último guardaria a concepção de um período já livre das necessidades e obrigações do cotidiano, encontrando-se, portanto, resguardado para o exercício da liberdade, para ele “quem diz lazer, diz, essencialmente, escolha, liberdade”. (Friedmann, 2001: 129)

Também é possível mencionar aqui a discussão de Winnicott (1975) sobre as relações entre o lúdico, a criatividade e a saúde psíquica. Para este autor, a possibilidade de integrar a dimensão criativa à nossa existência é um sinal de saúde, situação oposta a formas de submissão e adaptação impessoal à realidade estabelecida. O viver criativo guarda suas raízes no jogo, no brincar, e a relação do adulto com seu trabalho é a de uma atividade responsável e eticamente orientada, mas também permeada por dimensões lúdicas. Caso essa dimensão da criatividade e do lúdico não esteja integrada às atividades adultas, vive-se a sensação de uma vida fútil, pouco significativa e impessoal.

Diante dessa abertura ao novo, e quiçá ao inusitado, possibilitada pela emergência de uma economia que se faz acompanhar pela construção cotidiana de uma cultura solidária, colocaram-se questões para nossa reflexão memorialista. Considerando o contexto de relações de trabalho geridas pelos próprios trabalhadores, o que, no caso da Verso Cooperativa de Psicologia, significa que o controle das atividades era negociado e acordado livremente pelos seus sujeitos, cooperados e cooperadas: houve uma clara distinção entre tempo livre, tempo liberado e tempo de trabalho? Como as dimensões lúdica e criativa, próprias das interações sociais horizontais, incidiram neste contexto?

Antes de prosseguir, faz-se importante ressaltar os aspectos ambíguos e contraditórios de toda relação humana, ainda mais quando se trata da emergência de uma cultura solidária dada em no contexto um cenário maior de uma sociedade capitalista, tomada por interações com fortes traços

individualistas e competitivos. Em suma, pretende-se assim evitar neste trabalho qualquer inclinação a leituras idealizadas ou maniqueístas da experiência solidária. Sabe-se que a cooperação e a competição não são sintomas de traços morais ou psíquicos, e sim movimentos humanos, sociais e históricos, que devem ser vistos a partir de seus contextos sempre singulares, permeados de determinações de origens e envergaduras diversas. Leny Sato e colaboradores et al (2011) também trataram desse fenômeno a partir de diferentes investigações. Desta forma, surge outra questão: como se dão as interações solidárias e seus inevitáveis impasses, no âmbito das relações de trabalho também solidárias?

Buscaremos discutir essas questões levantadas a partir de um trabalho de rememoração das experiências cotidianas de autogestão vividas pelos autores em uma cooperativa de trabalho. Acreditamos que a articulação entre reflexão teórica e recuperação de experiências pode ajudar a compor um quadro concreto do significado da cultura solidária e a indicar caminhos para o seu desenvolvimento.

O recurso ao vivido como possibilidade reflexivo-metodológica

A relação entre um/a pesquisador/a e seu tema de pesquisa contém sempre uma dimensão afetiva. Uma pesquisa quase sempre se inicia das experiências vividas e das inquietações delas advindas. No caso deste ensaio não se trata de uma pesquisa propriamente, pois a experiência aqui relatada não ocorreu a partir de relações fundamentadas com propósito de pesquisa. Tampouco pretendemos alterar agora, devido a este relato, o sentido dos laços e das relações vividas outrora. Nossa intenção é apenas fazer um exame reflexivo, a posteriori e por meio da memória, do fenômeno da autogestão por quem o viveu cotidianamente, no lugar de trabalhador/a cooperado/a, de sujeito do processo cooperativo.

Colocados estes limites, recordamos Ecléa Bosi (2001) e uma de suas considerações metodológicas para compreender uma determinada condição humana. Ela evoca a noção de *comunidade de destino* de Jacques Loew como um horizonte inspirador: significa sofrer o destino dos sujeitos observados de modo irreversível, ou seja, sem possibilidade de retorno à antiga condição. Neste caso, pode-se conceber um vínculo de pertença com o fenômeno estudado, não como um limite para se fazer uma pesquisa ou reflexão, mas como uma condição que pode possibilitar uma compreensão peculiar. Para este trabalho, portanto, recorreremos à nossa memória como principal fonte, auxiliada por registros individuais e coletivos do grupo.

Ecléa Bosi (2001) apoia-se em Maurice Halbwachs, importante referência para os estudos sobre as relações entre memória e história, ao tratar da precedência dos fatos sociais sobre os fatos psicológicos. Nessa trilha, a autora nos ajuda a compreender que o trabalho de rememoração oferece simultaneamente uma paisagem pessoal e social das principais experiências de vida dos sujeitos. Nesse sentido, a rememoração e o diálogo entre as memórias ajuda a compor um quadro muito concreto de certos espaços sociais.

Seguindo também as indicações de José Moura Gonçalves Filho (2003) sobre a pesquisa em história oral, podemos perceber que o trabalho da memória nos aproxima do concreto, uma vez que a memória é um ponto de vista sobre o passado, ele se abre a partir de uma posição e de uma forma de engajamento nele, e essa abertura não perde a relação com o mundo. A memória de alguém segue sendo um ponto de vista pessoal sobre o fenômeno, mas não perde a alteridade da experiência com a qual se relaciona. É por isso que podemos trocar essas experiências, confrontá-las, compor quadros mais amplos de compreensão de um fenômeno, abarcando também visões mais amplas e variadas do problema investigado.

Maria Luísa Schmidt, a seu turno, ressalta em Halbwachs a concepção do trabalho da memória como resultado do testemunho da experiência vivida pelo sujeito e por outros sujeitos internalizados por ele ou mesmo presentes fisicamente:

O sujeito da memória é coabitado por diferentes pontos de vista, sendo que o confronto entre eles constitui a própria matéria da memória. Estes pontos de vista ajudam o indivíduo não só a lembrar e a localizar suas lembranças, mas, também, a ver e observar a realidade presente. (Schmidt, 1994: 92)

Neste relato, portanto, apresentamos um trabalho de memória que se apoia inicialmente no diálogo entre os autores a respeito da experiência vivida em uma cooperativa de trabalho, mas também no diálogo com os pontos de vista de autores e reflexões sobre o campo da economia solidária que se internalizaram nos trabalhos acadêmicos e profissionais dos autores nos últimos 15 anos.⁴ O procedimento que adotamos para a redação deste artigo pode ser assim descrito: o texto de Cris Andrada, escrito enquanto ainda era cooperada, serviu como base do trabalho de rememoração e reconstrução das experiências realizado pelos autores. Depois da leitura, realizamos encontros para debate das lembranças que o texto suscitou, e a partir disso, um trabalho de complementação do testemunho e da análise. Nesse processo, alguns documentos como atas, registros pessoais e fotos da época foram consultados para amparar esse trabalho de reconstrução coletiva. Levando isso em conta, não queremos afirmar que todos os cooperados tenham vivido as experiências relatadas da mesma forma, já que estão muito ligadas às recordações e pensamentos dos autores. A questão sobre possibilidades de generalização estão muito próximas das discussões que se fazem no campo da historiografia e da teoria narrativa: a apresentação de um caso ou de vivências particulares ajudam a entender um modo possível de relação com o assunto abordado, mas essa forma, sendo compreensível e verossímil, abre um campo de possibilidades de identificações e de debates conceituais ligados a essas experiências relatadas.

Experiência da vida de cooperativa

A Economia Solidária como contexto da experiência vivida

Campo farto, plural e interdisciplinar, a Economia Solidária, encontrava-se em franco desenvolvimento no período da experiência da Verso Cooperativa de Psicologia. Entre os anos de 1996 (ano da origem do termo Economia Solidária),⁵ 2001 (criação da Verso) e 2010 (encerramento da cooperativa), aconteceu a organização do movimento dos trabalhadores da Economia Solidária e a criação e institucionalização de políticas públicas dirigidas aos trabalhadores e seus coletivos.

Se o movimento da Economia Solidária precede e engloba, contextualizando a experiência da Verso, também seus/suas trabalhadores/as foram contemporâneos dessa história, vivendo diversos de seus momentos junto aos demais integrantes do movimento. Foi o que ocorreu naquele 16 de junho de 1999, dia do lançamento público da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo – ITCP-USP, momento que foi também inaugural para nós, então estudantes de quarto e quinto anos do Curso de Psicologia da USP. Naquela noite, ao falar sobre autogestão, cooperativismo, ajuda mútua e Economia Solidária, Paul Singer, Sylvia Leser de Mello e Leny Sato⁶ nos emocionaram.

Encontrar e ouvir duas professoras da Psicologia Social naquele evento foi uma grande surpresa, tal como seria, em seguida, o engajamento de várias/os alunas/os da psicologia na Incubadora⁷ ou na

⁴ Para conhecer mais sobre as reflexões dos autores, sugerimos consultar o texto “Sonho, história, loucura? Economia Solidária: um movimento de resistência no mundo do trabalho” (Andrada & Esteves, 2017)

⁵ A primeira ocorrência do termo na língua portuguesa foi no artigo de Paul Singer, “Desemprego: uma solução não-capitalista”, publicado na revista Teoria e Debate em 1996.

⁶ A professora Leny Sato (IP-USP) preparou uma fala para aquela noite, intitulada “Djunta-mon: O Processo de Construção de Organizações Cooperativas” (Sato, 1999).

⁷ Para saber mais sobre o trabalho que desenvolvemos na ITCP-USP, sugerimos a leitura do texto “Onde a autogestão acontece: revelações a partir do cotidiano”, de Cris Andrada (2006).

criação, após dois anos, de nossa própria cooperativa.

Éramos então um grupo de estudantes de psicologia engajado nas discussões políticas e nos processos de construção da Economia Solidária. Naquele momento, nos perguntamos: não seria possível nos organizarmos em uma cooperativa? Isso não seria coerente com nossas perspectivas políticas e com nossas necessidades de trabalho?

Esse grupo de estudantes também tinha preocupações profissionais, no campo da psicologia, que encontravam possibilidades de desenvolvimento no campo da Economia Solidária. São exemplos: como tornar a clínica psicológica mais acessível à população? Como evitar o isolamento profissional que algumas atividades promovem? Como trabalhar em grupo projetos de pesquisa e intervenção em Psicologia Social?

A criação da Verso Cooperativa permitiu que seus membros participassem de importantes momentos do desenvolvimento do campo da Economia Solidária como trabalhadores do movimento. Pela Verso, estivemos presentes na oficina “Economia Popular Solidária e Autogestão”, no I Fórum Social Mundial (FSM de 2001, em Porto Alegre), considerada um marco da organização do movimento;⁸ na 1ª Plenária Nacional da Economia Solidária (realizada em 2002, em São Paulo), que daria origem ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES; no 8º Congresso Nacional da CUT (CONCUT de 2003, em São Paulo), quando a Central Única dos Trabalhadores – CUT assume a Economia Solidária como parte de seu projeto político de transformação social, e também no congresso de fundação da UNISOL Brasil⁹ (realizado em São Bernardo do Campo, em 2004).

A reflexão sobre a Economia Solidária não foi vivida por nós apenas como texto teórico, ela foi vivida junto com a prática profissional na cooperativa, nos “impasses cotidianos da vivência da autogestão”,¹⁰ e também nos eventos da vida política. Como exemplo da potência afetiva vivida naqueles momentos, cabe um breve destaque para o texto de Resoluções do 8º CONCUT, realizado em 2003, que demonstra o tom e o volume que as discussões sobre a Economia Solidária alcançaram naquele período da vida política e no mundo do trabalho:

A CUT, por sua trajetória e por seu compromisso histórico, deve [...] disputar a hegemonia na sociedade para garantir as mudanças reivindicadas pela classe trabalhadora.[...] A economia solidária deve passar a ser parte do núcleo central da política de desenvolvimento, organizando setores econômicos cada vez mais amplos com uma lógica distinta da capitalista.[...] Assim, a CUT deve: a) Incentivar as cooperativas de produção e autogestão, abrindo possibilidades para que os trabalhadores se tornem os donos de seus meios de produção. (CUT, 2003: 05-09)

Apresentadas sob a forma de teses, estas foram palavras fortes, ovacionadas por centenas de delegados sindicais em plenária. O texto ali era também corpo.

A participação na criação e desenvolvimento da cooperativa

O interesse pelas questões do mundo do trabalho e, em especial, pela Economia Solidária já existia e orientava nossas ações coletivas ainda durante o curso de graduação. Entre 1999 e 2001, na companhia de outros colegas, vivemos uma experiência muito marcante como formadores na Incubadora (ITCP-USP). Por dois anos, encarnamos os lugares de estagiários/as, pesquisadores e

⁸ Para saber mais sobre a importância desta oficina para a constituição do campo da Economia Solidária é possível consultar o histórico do Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES, disponível em: <https://fbes.org.br/linha-de-tempo/> (acessado em 23/03/2019).

⁹ Para conhecer a UNISOL BRASIL - Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários, acesse seu Website, disponível em: <http://www.unisolbrasil.org.br/> (acessado em 23/03/2019).

¹⁰ Este foi o nome da primeira oficina aberta da Verso Cooperativa, realizada em fevereiro de 2003.

principalmente formadores em cooperativismo popular junto a trabalhadoras/es de comunidades periféricas interessadas em organizar coletivos solidários de trabalho. Mais que uma rica experiência profissional, esta vivência representou para vários de nós um verdadeiro marco. Atravessou a função inicial para ganhar outros significados, principalmente no contexto das relações com as pessoas que deveríamos formar. Evocar aqui a Paulo Freire (1970), principal referência teórica de nosso trabalho formativo na ITCP, é oportuno: éramos formandos/as e formadores. Formávamos aquelas trabalhadoras/es e fomos formados por eles, e por aquela experiência que compartilhamos juntos.

Como frutos deste período e processo, que para alguns coincidiu com a conclusão do curso de graduação, carregávamos questionamentos e desejos. Passamos a nos questionar acerca de *qual* psicologia queríamos praticar, acerca do papel social do psicólogo/a, da relação entre autogestão e psicologia social, das repercussões psicossociais da vivência da autogestão, entre outras interrogações. Como desejos, cultivávamos a vontade de seguir trabalhando pela Economia Solidária, agora como profissionais e, de modo transversal, nos sentimos chamados a viver a *condição de cooperados/as*. Passamos a ansiar para as nossas vidas e trabalhos, aquilo que desejávamos para os trabalhadores/as com os quais convivemos como formadores.

No fim de 1999, os questionamentos e desejos já ressoavam em mais colegas e ganharam novos contornos. Pelos corredores, pelas mesas da lanchonete da faculdade, formavam-se rodas para conversar sobre “a ideia da cooperativa”. Outras experiências pessoais e profissionais trouxeram novos questionamentos, novos desejos, e todo esse arcabouço era revirado, mexido, por mais de cinquenta pessoas, nas primeiras reuniões do grupo, realizadas na sede da ITCP-USP.

Os primeiros meses nos serviram para o fabrico dos sonhos. Não tínhamos um cotidiano coletivo encarnado, éramos pouco mais que a “reunião de quarta-feira”. O fato de ainda não termos uma cooperativa naquela época encerrava um caráter ambíguo. De um lado, ficávamos com a angústia de não ter de onde partir. Carecíamos de referências, mesmo de uma situação desoladora, que suplica por transformações, saberíamos quiçá um pouco mais, como por onde ir ou não ir. Mas o não possuir nada pronto também nos brindava uma instigante liberdade criadora. A possibilidade de lançar projetos juntos rumo a um mundo futuro, logo dispor de um lugar comum, dotado de referências que faziam sentido para nós, em grande parte escolhidas nestes primeiros tempos. Naquela época, falávamos sobre o nosso *projeto político* como instituição, sobre as possibilidades para a prática da psicologia clínica, social e também educacional. Sonhávamos com plantões psicológicos itinerantes, com publicações e até com um sítio, uma propriedade coletiva.

O primeiro ano do coletivo foi, portanto, um período de muito trabalho e questionamentos. Nos deparamos com a missão de escrever nosso estatuto e, por sorte, pudemos contar com o trabalho sensível da querida formadora e advogada, Luciana Barbieri.¹¹ Durante aquele processo, passamos por incontáveis impasses, debates e conflitos.

Vivíamos a pleno nossas diferenças. Falávamos que havia no grupo tempos diferentes: para alguns, estávamos indo rápido demais, queriam discutir mais e melhor, enquanto outros se ressentiam da demora em “ir pro mundo”, queriam “trabalhar mais e discutir menos”. As diferenças em um grupo tão grande vão sempre existir. Elas falam das singularidades das pessoas que o habitam. Algumas já eram responsáveis pela renda familiar, necessitavam uma renda estável e o mais rápido possível. Outras não viviam esta urgência e consideravam o debate aprofundado do projeto da cooperativa nossa maior urgência. Outras desejavam terminar a graduação e, do ponto de vista econômico, começar a constituir condições mais autônomas com relação à família para, ao menos, assumir as despesas das atividades de formação profissional extracurriculares. Se antes nos entretínhamos com os sonhos, este segundo momento marcou o surgimento de conflitos e diferenças, e exigiu do grupo um cuidado maior no trato deles.

Em meio a encontros e desencontros, em maio de 2001 concluímos nosso estatuto e em seguida

¹¹ Aproveitamos para reafirmar nossa gratidão a todo o apoio da ITCP-USP, que desde os primeiros momentos nos recebeu em incubação.

obtivemos a legalização completa da cooperativa. Nesta ocasião, somávamos vinte e seis cooperados, todos psicólogos/as ou estudantes de psicologia. O grupo inicial perdeu muitos integrantes. A maior parte das desistências se deu ainda nas primeiras reuniões. Outras pessoas saíram em virtude dos conflitos vividos, da incongruência entre suas escolhas e as escolhas do coletivo.

Com a legalização vieram decisões importantes, como a eleição do primeiro conselho administrativo e a escolha do nome da cooperativa. No que se refere à primeira, abolimos os cargos de presidente, vice-presidente e secretário/a, em nome de relações igualitárias, caracterizadas apenas pelo tipo de tarefas realizadas. A ação significou uma ousadia, por sorte aceita pela Junta Comercial. Nosso conselho administrativo era composto por três coordenadores: político, administrativo e financeiro e todos exerciam seus cargos sem remuneração.

O processo de discussão e escolha do nome durou cerca de dois meses. Lançamos mão de várias estratégias: discussão em subgrupos, discussão unificada com a definição de critérios para as sugestões,¹² e até uma votação em vários turnos, na qual cada cooperado aprovava três opções de nomes e rejeitava aqueles tidos como inconsideráveis. Feita a primeira escolha e vividas suas primeiras repercussões, ficou evidente que aquele resultado não representava um consenso. De modo surpreendente, o grupo optou por rever o processo e reiniciar as discussões. Como resultado final, chegamos a um nome por consenso. Curiosamente, não era a primeira opção de ninguém, mas talvez aquela que menos desagradava a todos.

Após a legalização parecíamos nos dizer à exaustão: “*E agora?*” Havíamos permanecido absortos por mais de um ano na confecção do estatuto e, finalizada a tarefa, fomos tomados por uma solidão talvez sentida por artistas após a finalização de uma obra difícil. Passadas algumas reuniões, várias pessoas levantaram a necessidade de tomar como orientação o início dos trabalhos propriamente ditos. Para isso, em virtude das práticas clínicas de muitos cooperados/as, alugar uma sede passou a ser uma prioridade apontada por vários integrantes do grupo.

A esse respeito, e naquele momento, estávamos distantes de um consenso. Uma parte do grupo considerava importante e urgente a existência concreta da cooperativa e o início dos trabalhos coletivos. Alguns cooperados/as já realizavam atendimento clínico, e para isso, sublocavam horários em salas de terceiros. Outros, ainda estavam na graduação, não sentiam a necessidade pessoal de arcar com os custos de uma sede da qual não poderiam usufruir profissionalmente naquele momento. Outros trabalhavam como empregados em instituições, ou seja, tampouco fariam uso direto da casa da cooperativa. Passadas muitas discussões, algumas comissões foram formadas, pesquisas foram realizadas acompanhadas de muitas, muitas operações matemáticas.

Em julho de 2001, também por consenso, e apesar da baixa margem de segurança econômica para o feito, o grupo optou por alugar uma casa para seu abrigo. Em excursões a esta época, emerge a ideia de que a partir dali contaríamos com a presença de questões materiais além das tantas simbólicas que já somávamos.

Este fato trouxe novos impasses, dificuldades, conquistas para o grupo. Exigiu de súbito um esforço maior de cada cooperado/a. Até as famílias se viram envolvidas, na medida em que foram necessárias doações de vários gêneros para habitar a casa: móveis, ferramentas, utensílios e até trabalho, propriamente, foram doados. Pudemos contar com a cooperação de muita gente, namorados/as e amigos/as, por exemplo, nos vários mutirões que organizamos para dar conta das tarefas necessárias. Um aspecto interessante: os mutirões realizados até então tinham um caráter voluntário, ou seja, participavam as pessoas que dispunham de mais condições no momento. As ausências eram sentidas mais no plano afetivo, menos no plano moral. Nas palavras de um colega: “nos mutirões não somos

¹² A título de ilustração, alguns critérios levantados pelo grupo: referência a um lugar de acolhimento; cuidado com a ideia que o nome pode suscitar a um público leigo; referência a nossas orientações políticas, à psicologia e à ideia de subjetividade; palavra da língua portuguesa, de boa sonoridade e claro significado; ideia de coletividade, entre outros.

psicólogos, somos cooperados”. Não apenas trabalhávamos juntos, na concepção estrita do termo. Eram momentos fartos, cheios de sentidos. Enquanto lixávamos mesas, cortávamos grama ou pintávamos paredes, ouvíamos música, tomávamos cerveja, cantávamos. E claro, conversávamos de assuntos diversos, não apenas relativos ao trabalho. Em suma, como ambiente de trabalho, era um lugar de muita liberdade, para as pessoas e para as relações. Os mutirões de preparação da casa também foram momentos de construção dos laços comuns de apoio e confiança, da intimidade que nasce no momento de compartilhar tarefas que trariam benefícios comuns.

Com o tempo, a casa foi sendo habitada por peças e trabalhos de muitas pessoas. A cômoda de Mariana, o fogão de Fabiana, o sofá da mãe de Alexandre. Os tacos do assoalho foram tratados por Marcelo, o telefone foi instalado por Allan e Egeu. E os exemplos preencheriam várias páginas.

Alguns cooperados tiveram a ideia de organizar o chamado *chá cooperativo*, celebração da casa coletiva e dos apoios recebidos pelos laços de amizade. Os amigos convidados foram recebidos com música tocada por cooperados, por refeições preparadas por vários de nós, e em troca, trouxeram como presentes resmas de papel, caixas de clipes, cartucho para impressora, copos, xícaras, plantas.

Outro momento de celebração da cooperativa foi a festa de fim de ano, para nós, *a festa do IPTU*.¹³ O nome fazia referência a uma das motivações da festa: arrecadar fundos para o pagamento do imposto municipal, de cujo valor não dispúnhamos. Os momentos lúdicos começaram antes da festa e incluíram parte dos preparativos. E foram muitos, desde a elaboração e distribuição de convites, até a pintura das paredes que ainda não havia sido concluída nos mutirões. Recordo a fala de uma colega sobre isso: “Festa dá muito trabalho!”. Ela representa muito bem, em poucas palavras, a mescla do lúdico com o trabalho nestas ocasiões e contexto.

A limpeza da casa merece menção. Além do limite econômico, já que não dispúnhamos de recursos para pagar a realização deste serviço por um terceiro, encontramos também um limite ético-político: não desejávamos ter no íntimo do grupo uma relação de trabalho subordinada, empregatícia, menos ainda informal. Havíamos feito uma escolha por relações de trabalho em bases igualitárias, solidárias e democráticas; não fazia sentido praticar a antítese disto. Sendo assim, colocamos em prática uma comissão de limpeza cujos membros eram rodiziados mês a mês, definidos voluntariamente. Este recurso foi adotado pelo coletivo para a realização de outras tarefas, as *atividades-meio*, trabalhos que não se referem aos objetos sociais da cooperativa, às práticas profissionais propriamente, mas que se apresentam como condições para sua realização. Passam por ações corriqueiras e diárias como retirar o lixo ou lavar a louça.

Esta decisão, como outras, carrega ambiguidades. Como exemplo, alguns impasses: deparar-se com o fato de que ninguém se inscreveu para cuidar da cozinha em determinado período ou ainda que as pessoas responsáveis pela limpeza de um dos banheiros não puderam realizar o trabalho naquele mês. Mesmo tratando-se de um grupo extenso, notamos que nem todos passaram pela experiência da comissão, o que acabou exigindo a inscrição de algumas pessoas repetidas vezes.

No que tange às práticas profissionais, a existência de uma sede possibilitou, em curto prazo, no âmbito da psicologia clínica, a transferência dos consultórios individuais para o interior da cooperativa. Hoje pode-se dizer que este fato possuiu uma veia solidária importante, uma vez que todo o coletivo colaborou com a manutenção da estrutura da casa, por meio das contribuições econômicas e das atividades voluntárias, o que viabilizou o trabalho daqueles membros que já se encontravam em condições para atender. Estes, por seu lado, impulsionaram essa estruturação, o que favoreceu outros membros que, quando aptos para a prática profissional, puderam dispor de um local próprio para tal e por um custo reduzido, se comparado aos valores de mercado.

Entretanto, não era nosso desejo apenas dividir o mesmo ambiente - antes já falávamos de um projeto político também para a prática clínica. Tínhamos um grande trabalho por realizar, a constituição de uma base comum neste campo. Um desafio ainda maior, principalmente se

¹³ IPTU é o Imposto Predial e Territorial Urbano.

considerarmos o ranço individualista e elitista da atividade clínica, somado à pluralidade de correntes teóricas, ora convergentes, ora divergentes, entre nós.

A esse respeito, trilhamos alguns passos. Constituímos três núcleos profissionais: os Núcleos de Psicologia Clínica, de Psicologia Social e de Psicologia Educacional. O primeiro abraçou o desafio traçado acima, com cuidado e vigor. Realizava reuniões semanais, para tratar da organização interna como também de reflexões teóricas. Também realizava grupos de discussão sobre a prática profissional (supervisões horizontais). O Núcleo de Psicologia Social foi ganhando corpo aos poucos, mas de modo consistente. Respondeu por contratos coletivos de projetos de intervenção e pesquisa, com instituições públicas e não-governamentais.¹⁴ Contou com um grupo de estudos e realizou oficinas periódicas com temas diversos. Debruçou-se ainda na articulação das experiências profissionais individuais dos cooperados/as para com elas organizar *linhas temáticas de trabalho*. O Núcleo de Psicologia Educacional realizou reuniões com possíveis coletivos parceiros, mas não chegou a estruturar um cotidiano de trabalho propriamente.

Com o início das atividades de trabalho, assumimos responsabilidades com as quais a maioria de nós não estava habituada ou habilitada a lidar. Responsabilidades fiscais, contábeis, e outras de cunho subjetivo. Essas atividades passaram a exigir muito tempo e trabalho, especialmente do Conselho Administrativo.

Era, pois, o momento de pedir ajuda aos demais integrantes do grupo. E ela veio na Reunião de Planejamento de 2002, momento em que criamos o *Grupo de apoio ao conselho*, composto de seis membros, cada um atrelado a um dos dois núcleos ativos da cooperativa, dirigido para auxiliar os trabalhos de uma das coordenações do conselho. Por exemplo, a coordenação política contaria com o trabalho de um membro do núcleo de psicologia clínica e de outro do núcleo de psicologia social. Relação análoga foi feita para as duas outras coordenações. A medida representou o aumento do número de cooperados comprometidos formalmente com as tarefas voltadas para o coletivo. No entanto, aí também surgiram impasses. Novamente nem todas as pessoas puderam continuar nestes cargos, em geral, devido a uma de nossas maiores dificuldades: parte do grupo não obtinha a maior parte de sua renda por meio da cooperativa. O que, com pesar, nos fez sentir a ausência involuntária de vários companheiros/as.

Uma prática curiosa habitou nossas reuniões gerais. Por hábito ou casualidade, elas eram coordenadas pelas mesmas pessoas. Este fato começou a fadigá-las, diziam que pareciam encarnar “*o/a chato/a da reunião*”, aquele/a preocupado/a em chamar as pessoas entretidas no café para o início das tarefas, em centralizar as discussões, em pedir silêncio, em apontar questões de ordem e de encaminhamento - mesmo que estivesse posto para todos/as que eram atos de cuidado com o grupo. Em função disso, optamos por introduzir a função de *cuidador/a da reunião*, rodiziada a cada evento. Repercussões interessantes surgiram - pessoas que nunca haviam realizado prática semelhante se surpreenderam com a experiência, outras terminavam a reunião exaustas ou irritadas. Uma colega, ao final de uma jornada na função, disse: “Eu gostei. É como se cada um cuidasse mesmo de todos por algumas horas”.

Do cotidiano da cooperativa emergiam surpresas. Algumas, assumiam um forte sentido afetivo. Às vezes nos víamos até tarde na casa, horas depois de concluído o trabalho. Permanecemos ali em conversas acolhedoras, discussões instigantes ou mesmo fazendo companhia para quem estava

¹⁴ Um exemplo destes primeiros trabalhos foi o “Cadastro dos empreendimentos de coleta seletiva” (Verso Cooperativa, 2002). Realizado em 2001, tratou-se do primeiro levantamento dos empreendimentos de coleta seletiva atuantes na Região Metropolitana de São Paulo. Contratado pela Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores ADS-CUT, foi apresentado pelo saudoso Paulo de Tarso Frangetto, em 20 de julho de 2001, no Fórum Lixo e Cidadania, no Instituto Polis (Grimberg, 2007: 43). Na ocasião, Paulo e Egeu dividiram a mesa “Cooperativismo, Autogestão e Economia Solidária” com nosso querido e saudoso professor Paul Singer.

trabalhando no computador. Nessas horas, era comum alguém fazer café ou ir até a padaria, comprar alguma comida e bebida para aguardar o término do trabalho do outro, de preferência, junto de outros colegas.

Por ocasião da reunião de avaliação do nosso primeiro ano, ainda em 2001, elencamos individualmente os pontos positivos e negativos do período, etapa seguida por discussões em subgrupos e em plenária. Um dos aspectos positivos mais citados pelos cooperados/as foi o estreitamento dos laços de amizade, vale lembrar, numa organização de trabalho (mas não somente). Essa avaliação encontra algum eco nos resultados obtidos pelos últimos levantamentos nacionais realizados pelo Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES): nessa pesquisa, feita com uma amostra nacional representativa, setenta por cento dos empreendimentos apontavam que uma de suas principais conquistas alcançadas era a integração do grupo ou coletivo (Gaiger & Grupo Ecosol, 2014). Isso não significa afirmar que não surgiram tensões e conflitos durante o funcionamento da cooperativa. Até o momento de seu encerramento, algumas pessoas presentes na formação inicial deixaram o coletivo insatisfeitas com decisões ou com dinâmicas de interação. O que queremos dizer é que a atmosfera predominante na cultura cotidiana era a de uma certa amizade política que envolvia a consideração e o respeito pelas diferentes opiniões, e mesmo no momento de fortes discordâncias nos debates, as tensões encontravam alguma forma de mediação e resolução na dinâmica do próprio grupo.

Reflexões sobre a experiência da vida de cooperativa

O relato acima sugere que pode haver mais fluidez entre o universo lúdico e criativo, presente e constituinte das interações sociais horizontais, e o universo do trabalho nas relações autogeridas e solidárias. Seja nos mutirões, nas festas ou no cotidiano de trabalho, estes mundos parecem se entrelaçar com maior incidência que em organizações heterogeridas de trabalho. Sobre o aspecto festivo da Economia Solidária, Sylvia Leser de Mello (2009) nos ensina que ele tem relação com o modo solidário de produzir:

Uma das características da economia solidária é sua mobilidade, o seu aspecto itinerante, quase festivo, de mostrar-se em feiras organizadas pelos produtores-trabalhadores. E os produtos que oferecem são únicos, não apenas porque são produzidos artesanalmente, o que não acontece com as indústrias geridas pelos trabalhadores, mas porque trazem em si uma diferença que diz respeito ao modo como foram produzidas. (sn)

A partir das lembranças relatadas, entendemos que a criação de um ambiente democrático favoreceu interações mais livres e menos instrumentalizadas o que, a seu turno, promoveu uma maior integração do viver lúdico e criativo às experiências de trabalho. Essa integração se revela na maneira como experiências comunitárias passam a fazer parte do ambiente de trabalho, e por sua vez, experiências políticas e o sentido social do trabalho, muitas vezes construídos fora do ambiente de trabalho, passam a estar mais presentes nas discussões e planejamentos realizados pelos coletivos autogestionários. Isso significa uma maior integração entre a vida dentro e fora do trabalho (uma espécie de anti-alienação), não pelo viés da super exploração que caracteriza a prática da *colaboração* nas empresas capitalistas, mas pelo fato de que o sentido social do trabalho se mantém vivo nas discussões, o caráter concreto das motivações é mais evidente, e também porque não só indicadores como rendimento e desempenho passam a orientar as interações no ambiente de trabalho.

É para isso que chamamos a atenção: a criatividade, o lúdico em sua dimensão adulta, as comemorações, as diversas manifestações de cuidado e de atenção pelo outro encontram acolhida e também são reconhecidas como experiências fundamentais do mundo do trabalho. Esse é, sem dúvida, um potencial das interações solidárias, que pode beneficiar, sensivelmente, a expressão das

subjetividades e a promoção da saúde no trabalho. Saúde e subjetividade, nesse contexto, talvez correspondam à alegria do convívio e ao orgulho do trabalho realizado, como nos demonstra Mello (2009):

O orgulho pelo que se faz, que acreditávamos desaparecido da experiência sofrida do trabalho, pode ser encontrado em qualquer esquina das nossas feiras de Economia Solidária, em qualquer encontro de trabalhadores cooperados e associados. Há uma alegria que não é apenas a alegria do dinheiro ganho. Às vezes, nem se acredita que é isso que os move. Claro que também é isso, mas há alguma coisa a mais. (sn)

Contudo, retornemos brevemente às considerações tecidas no início do trabalho acerca dos aspectos ambíguos das interações solidárias e das organizações de trabalho orientadas por elas. Muitos exemplos foram expostos: os mutirões, as doações, a comissão de limpeza, os trabalhos do conselho de administração, do grupo de apoio a este, entre outros. Porém, eles não podem ser caracterizados apenas por este viés. Também há ambiguidade, angústia e conflito em meio à solidariedade.

Paulo Salles Oliveira (2001) nos diz que: “a competição e a cooperação, por exemplo, não necessariamente configuram polarizações que se excluem uma a outra. Às vezes, são encontradas juntas em uma mesma prática, como num singelo jogo entre amigos” (Oliveira, 2001: 16). Sobre isso, recordamos um texto de Leny Sato em que, ao se referir às organizações cooperativas como processos sociais, ela adverte:

... por serem processos movidos por pessoas, grande diversidade de interesses estará presente. São interesses subjetivos, sociais, econômicos e políticos. Chamo de interesses aquilo que importa às pessoas (Morgan, 1986). E esses interesses conformam os objetivos e informam a direção e o sentido das práticas. Em função disso pode-se pensar que esses processos sociais são movidos pelo conflito – pois interesses diferentes e até mesmo contraditórios são colocados frente a frente – e pela harmonia – pois interesses semelhantes e comuns também são compartilhados. Com isso, o motor nuclear dessas interações seria o binômio cooperação – confrontação. (Sato, 1999: 221)

Como em outros processos organizativos, as cooperativas solidárias são feitas de pessoas. Postas lado a lado, as singularidades aparecem como diferenças, ora convergentes, ora divergentes. A organização cooperativa de trabalho pressupõe a expressão destas diferenças - passam a servir a todos se solidarizadas, se disponibilizadas para o coletivo. Um exemplo da Verso: quando precisamos tratar do conflito com uma vizinha, o grupo pôde contar com a simpatia e a especial desenvoltura de uma cooperada, cuja singularidade serviu ao coletivo naquela ocasião.

Diferentemente de outras organizações, no meio solidário deve-se tomar um cuidado importante: as diferenças precisam ser significadas como tal, e não levadas à condição de desigualdades, o que acarretaria em formações de hierarquias, em processos discriminatórios dos quais todos se ressentiriam em longo prazo. Mantendo a referência na situação descrita acima, foi determinante para nós entender a singularidade de nossa colega como diferença e não desigualdade. Caso contrário, poderíamos passar a exigir de todos a mesma desenvoltura e assim cometer vários atos de violência simbólica. Perderíamos de vista as tantas singularidades carregadas por cada um, apenas diferentes dela e não desiguais, já que somos todos/as inacabados/as.

E ainda que todos os envolvidos nessas interações solidárias considerem o inacabamento próprio e o do outro, os impasses jamais cessariam. Ouçamos, o que diz José Moura Gonçalves Filho (1998), a partir do vivido numa experiência de vida comunitária de bases igualitárias:

Na situação comunitária, os obstáculos surgem a qualquer momento. Quem vive a situação

comunitária, testemunha também o seu impedimento, em si mesmo e nos outros. Mas este fato, ao invés de fazer aplicar à situação comunitária as medidas do imaginário, do insólito, confirma sua realidade: devemos considerar como interior à vivência de igualdade aquilo que dela nos afasta. Justamente assim, a vivência profunda da igualdade, sem evitá-lo, permite não cristalizar aquilo que a desfaz. E pode desfazer. A vontade férrea de evitar o risco vem sempre reeditar a violência que se pretendia superar por meio da vida comunitária. É quando a vida comunitária adquire um caráter voluntarioso e artificial. O risco do que divide os homens [e as mulheres] está aí para ser atravessado, mais do que evitado. Não apenas atravessado, mas enfrentado. Não apenas enfrentado, mas assimilado. Há que assimilá-lo: a igualdade não possui garantias fora de seu exercício continuado. Um exercício em que todos temos a nossa hora e a nossa vez (Gonçalves Filho, 1998: 55-56).

Considerações Finais

De certa forma, podemos pensar que uma organização democrática de trabalho estimula uma forma de convivência não-instrumental entre as pessoas, uma vez que é um espaço onde as assembleias são soberanas, onde os cargos são rodiziados, onde a condição estatutária de cooperado/a impede a demissão pelo simples fato de alguém não corresponder às exigências produtivas, onde a igualdade e o direito à fala prevalecem. Nesse campo mediado por relações mais igualitárias, a liberdade de fala e de ação formam a base de sustentação da imaginação individual e coletiva, da expressão do lúdico e do criativo, que também podem fazer parte das experiências de trabalho e são sentidos como aspectos fundamentais da realização profissional.

As dificuldades, impasses e conflitos vividos num trabalho com bases solidárias compõem um tecido denso, formado de encontros e desencontros, de laços e de nós, próprio das relações humanas em movimento. São também sinais da democracia que lateja, que pulsa entre nós – que nos faz sentir livres para falar, para discordar e, se preciso for, para brigar. Para nós, não fazia sentido, portanto, esperar que nossas relações se tornassem harmônicas e homogêneas – nem mesmo para aumentar nossa produtividade (como nos disseram). Perderíamos com isso as dimensões fundas e incertas dos encontros mais livres - trama rude e imperfeita, própria das surpresas que comovem e inspiram, e que nos dão forças para sair dos moldes do prescrito e, apesar do cenário infausto, ousar e sonhar com um mundo mais justo.

Referências bibliográficas

Andrada, C. F. (2006). Onde a autogestão acontece: revelações a partir do cotidiano. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 9 (1), 1-14.

Andrada, C. F.; Esteves, E. G. (2017). Sonho, história, loucura? Economia Solidária: um movimento de resistência no mundo do trabalho”. In Rasera, E. F.; Pereira, M. de S. y Galindo, D. (Orgs), *Democracia participativa, estado e laicidade: psicologia social e enfrentamentos em tempos de exceção* (pp. 173-191). Porto Alegre: Abrapso.

Bosi, A (1987). Cultura como tradição. In Bornheim, G et al. *Cultura brasileira, tradição/contradição* (pp. 31-58). Rio de Janeiro, Brasil: Jorge Zahar-Funarte.

Bosi, E. (2001). *Memória e Sociedade – lembranças de velhos*. São Paulo, Brasil: Companhia das Letras.

CUT. (2003). *Resoluções do 8º Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores*. São

- Freire, P. (1970). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro, Brasil: Paz e Terra.
- Friedmann, G. (2001). *O lazer e a civilização tecnicista*. In Oliveira, P. S. (Org.), *O lúdico na cultura solidária* (pp. 115-130). São Paulo, Brasil: Hucitec
- Gaiger, L. I. G.; Grupo Ecosol. (2014). *A economia solidária no Brasil: uma análise de dados nacionais*. São Leopoldo, Brasil: Oikos.
- Gonçalves Filho, J. M. (1998). Humilhação - um problema político em psicologia. *Psicologia USP*, 2(9): 11-66.
- Gonçalves Filho, J. M. (2003). Problemas de método em psicologia social: algumas notas sobre a humilhação política e o pesquisador participante. In Bahia Bock, A. M. (Org.), *Psicologia e o compromisso social* (pp. 193-240). São Paulo, Brasil: Cortez.
- Grimberg, E. (2007). *Coleta seletiva com inclusão social: Fórum Lixo e Cidadania na Cidade de São Paulo. Experiência e desafios*. São Paulo, Brasil: Instituto Pólis.
- Henriques, F. C. (2014). As disputas em torno do conceito de economia solidária: experimentação de uma utopia ou retrocesso na luta dos trabalhadores. *Latitude* 8(1): 63-91.
- Martins, J. de S. (2008). *A aparição do demônio na fábrica: Origens sociais do Eu dividido no subúrbio operário*. São Paulo, Brasil: Ed. 34.
- Mattoso, J. (1999). *O Brasil desempregado*. São Paulo, Brasil: Fundação Perseu Abramo.
- Mello, S. L. de. (2009). Apresentação. In Andrada C. F. *Encontro da Política com o Trabalho: um estudo psicossocial sobre a autogestão das trabalhadoras da Univens* (Orelha do livro). Porto Alegre: Abrapso Sul.
- Morgan, G. (1986). *Images of organization*. Newbury Park, CA: Sage.
- Oliveira, P. S. (2001). *O lúdico na cultura solidária*. São Paulo, Brasil: Hucitec.
- Oliveira, P. S. (2006). *Cultura Solidária em Cooperativas: projetos coletivos de mudança de vida*. São Paulo, Brasil: Edusp.
- Schmidt, M. L. S. (1994). O passado, o mundo do outro e o outro mundo: tradição oral e memória coletiva. *Imaginário*, 2 (5), 89-100.
- Sato, L. (1999). “Djunta-mon”: O processo de construção de organizações cooperativas. *Psicologia USP*, 2 (10), 221-227.
- Sato, L.; Andrada, C. F.; Évora, I. M. A.; Neves, T. F. S.; Oliveira, F. (2011). As tramas psicossociais da cooperação e da competição em diferentes contextos de trabalho. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*; Rio de Janeiro, 63 (no.spe.): 1-104.

Singer, P. (1996). Desemprego: uma solução não-capitalista. *Teoria e Debate*, 32 (sn). Recuperado de: <https://teoriadebate.org.br/1996/07/01/desemprego-uma-solucao-nao-capitalista/>

Singer, P. (1998). *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. Petrópolis, Brasil: Vozes.

Singer, P., Souza, A. (2000). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo, Brasil: Contexto.

Singer, P. (2001). *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo, Brasil: Perseu Abramo.

Weil, S. (1996). *A condição operária e outros estudos sobre a opressão/ seleção e apresentação Ecléia Bosi*. Rio de Janeiro, Brasil: Paz e Terra.

Winnicott, D. W. (1975). *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro, Brasil: Imago editora.

Verso Cooperativa. (2002). *Cadastro dos empreendimentos de coleta seletiva*. Relatório de Pesquisa. São Paulo, Brasil: ADS-CUT. [mimeo]

Enviado: 24/03/2020
Aceptado: 27/09/2020

Cómo citar este artículo:

Fernández Andrada, C.; Gomez Esteves, E. y Parodi Svartman, B. (2020). Experiência da vida de cooperativa: reflexões psicossociais sobre interações solidárias. *Otra Economía*, 13(24), 136-151.